

Principais momentos do II Encontro das Procuradorias Fiscais em Salvador



Abertura do II Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais, que aconteceu nos dias 24 e 25, no Fiesta Convention Hotel.

A capital baiana foi sede do II Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais, nos dias 24 e 25 de abril, no Fiesta Convention Hotel, cujo objetivo foi trocar experiências e buscar alternativas a fim de agilizar e tornar cada vez mais eficaz a cobrança de dívida e o combate à sonegação. Segundo o presidente da APEB, Marcos Sampaio, sobre o evento que contou com a participação de mais de 160 procuradores de todo o Brasil, “estamos à porta do futuro, das novas tecnologias, da agilidade nas informações e da necessidade de refletir sobre uma justiça fiscal que inclua toda a sociedade, reforçada pelo compromisso mútuo que a unidade necessita”.

A Procuradora Geral Adjunta da PGE, Joselita Cardoso Leão, louvou a iniciativa da instituição em organizar um evento tão importante e afirmou que “nunca foi necessário e urgente estabelecer um diálogo e discussões sobre temas de interesse comum entre as procuradorias fiscais. É preciso pensar e repensar a

operacionalidade dos procuradores”, declarou. O presidente ANAPE, Marcello Terto, ressaltou a importância de caminhar todos juntos para superar as próprias metas. “Não andamos sozinhos. Somos fortes, mas temos que andar de mãos dadas para o cumprimento das políticas públicas”.

No primeiro dia do encontro, um dos destaques foi a conferência de abertura sobre “Lei de Informação e Sigilo Fiscal” com apresentação da pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV/SP, Mariana Pimentel Fischer Pacheco, tendo como presidente da mesa Marcello Terto e Silva, presidente da ANAPE. Houve reunião dos chefes das Procuradorias Fiscais dos Estados, coordenada pelo procurador do Estado da Bahia e chefe da Procuradoria Fiscal, Elder Verçosa; filiação à ANAPE do presidente da OAB/BA, Luiz Viana Queiroz, e oficinas temáticas, no período da tarde.

A Campanha do Sonegômetro foi outro ponto alto do evento, com exposição da

Procuradora da Fazenda Nacional de São Paulo e diretora do Siprofaz, Regina Hirose. O PAINEL Sonegômetro chamou a atenção dos transeuntes ao exibir o valor de mais de R\$150 bi em sonegação fiscal no país. Para o procurador do Estado da Bahia e diretor da APEB, Cláudio Cairo Gonçalves, “é preciso refletir sobre o efetivo combate à sonegação e um sistema de cobranças de impostos mais justo”.



Campanha do Sonegômetro em Salvador

Palestras, lançamento de livro e encerramento

O segundo dia do encontro teve debates e exposições com grande participação do público. Na conferência de abertura, foi discutida a “Desjudicialização da execução fiscal”. O tema, que já foi debatido por especialistas em audiência pública em Brasília, foi exposto pelo juiz federal Saulo José Casali Bahia. Durante a exposição, Casali apresentou as vantagens e dificuldades da desjudicialização, que propõe alteração do atual modelo de cobranças de dívidas ativas.



Palestra da Dr^a. Regina Hirose, do SINPROFAZ

A segunda palestra abordou a responsabilização dos sócios na inadimplência deliberada. Apresentada pelo Procurador do Estado do Rio Grande do Sul Max Möller, a discussão destacou a necessidade da criação da Personalidade Jurídica, questionou a existência do inadimplemento qualificado e expôs análises de casos reais. As oficinas temáticas tiveram continuidade à tarde.

O evento terminou com coquetel e lançamento do livro “A Fazenda Pública nos Tribunais”, organizado pela procuradora do Estado da Bahia, Cristiane Guimarães, com os autores Ana Cristina de Paula Barbosa de Paula e Oliveira, Cristiane Guimarães, Elder Verçosa, Jamil Cabus Neto, Paula Gonçalves Morris Matos e Selma Reiche Barcelar.



Dr^a. Cristiane Guimarães é a organizadora do livro Fazenda Pública nos Tribunais

O II Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais foi uma realização da APEB e da ANAPE com o apoio da PGE/Bahia, do Sinprofaz e do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) com patrocínios da Embasa, Bahiagás, dos Correios e Telégrafos, da Associação Baiana de Supermercados (Abase) e do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB). O próximo Estado a sediar o III encontro será Goiás, em

Aposentados participam do primeiro encontro com a nova diretoria da APEB



Procuradores aposentados e o presidente da APEB, Marcos Sampaio (no centro), discutem assuntos de interesse da categoria

Reencontros e discussões importantes, mas em clima de bate-papo, marcou a tarde da última quinta-feira (10/04), no auditório da sede da APEB. A nova diretoria da associação, representada pelo presidente Marcos Sampaio, pelo vice-presidente, Paulo Borba, e pelo secretário-geral, Lafayette Pondé Filho, reuniu os associados aposentados para o seu primeiro encontro. “É com alegria que realizamos este evento, que tinha de ser primeiramente com vocês, gigantes que construíram a Procuradoria. E o nosso objetivo é ouvir sugestões, críticas e trocarmos ideias”, disse o presidente.

A realização do II Encontro Nacional dos Procuradores Fiscais, em Salvador, nos dias 24 e 25 deste mês, e a isenção de pagamento da taxa de inscrição para os aposentados foram algumas das novidades do evento. O presidente Marcos Sampaio anunciou a retomada dos encontros de lazer com o projeto “Cafê com arte”, que pretende a integração e o conagraçamento em reuniões descontraídas com apresentações artísticas. O primeiro Cafê com arte está marcado para o dia 8 de maio, às 16h, no restaurante Oúi, na Bahia Mariana.

Os aposentados foram informados de que a

nova carteira de associados da APEB está sendo produzida e vai facilitar a identificação nas instâncias governamentais. O Procurador Evandro Dias Costa propôs que se estudasse a possibilidade de terem novamente a carteira profissional. O presidente Marcos Sampaio informou que o Procurador Geral do Estado, Rui Moraes Cruz, em reunião, disse que iria baixar uma resolução informando que aqueles que se identificarem como procurador aposentado terá acesso liberado à PGE.

Outra boa notícia do encontro com os aposentados foi que a ação judicial do Funprev, movida pelo advogado da APEB, João Sento Sé, passou em julgado e até 1º de junho serão expedidos os precatórios. O secretário-geral, Lafayette Pondé Filho, também informou que a APEB está tentando migrar do plano de saúde Sul América para o plano do Unibanco sem acréscimo ou perda de carência. A Procuradora Maria Perpétua de Oliveira Freire, sugeriu uma análise do Plano da Associação dos Procuradores da Fazenda (ASPF).

Na discussão sobre a PEC 555/2006, que extingue a contribuição previdenciária dos

servidores públicos inativos, o procurador Evandro Costa, representante da Associação Nacional dos Procurados de Estado (ANAPE) e do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAPE), informou que só falta a assinatura do líder do PT para entrar em pauta de votação na Câmara dos Deputados.



Secretário-geral da APEB, Lafayette Pondé, presidente Marcos Sampaio e vice, Paulo Borba

O presidente Marcos Sampaio e o vice-presidente Paulo Borba ressaltaram a dedicação de Evandro na luta em favor da PEC 555, acrescentando que a APEB está acompanhando esta e outras questões de interesse da categoria. Sampaio e Borba agradeceram a participação dos procuradores aposentados no primeiro encontro e reiterou o convite para o Cafê com Arte.

APEB renova representação no CONPREV

O Conselho Previdenciário do Estado (CONPREV) empossou, no início da semana, as novas Conselheiras Renata Fabiana Santos Silva (titular) e Claudia Zacarias de Almeida Médice (suplente), ambas procuradoras do Estado, com alta especialização na matéria. “A dra. Renata é diretora da APEB e a sua presença no Conselho representa que a entidade está ocupando posições relevantes na sociedade”, comentou o presidente, Marcos Sampaio.

Durante a reunião do Conselho, foram apresentadas as contas dos fundos da BAPREV (Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia) e

da SUPREV (Superintendência da Previdência) por representante da Secretaria da Fazenda. Também foi exposta a nova medida de Controle Interno da SUPREV através de cruzamento de dados com cartório de notas de Salvador.

Foram examinados os doze processos de pensão previdenciária, nos quais a Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB) já exercitou o seu direito a voto, e os conselheiros foram convidados para o lançamento da Cartilha Previdenciária do Servidor Público, que será no próximo dia 15, no SAC Servidor, na Boca do Rio.

A realização do Prepare-se, programa que preparar o servidor para a aposentadoria, em Paulo Afonso, foi divulgada para o período de 20 a 23 de maio e a próxima reunião do CONPREV está marcada para 11 de junho com pauta a ser definida.

APEB conclui recadastramento

A nova diretoria da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB) implantou moderno software de cadastramento e finalizou o recadastramento dos associados com o objetivo de manter atualizados os dados, facilitando o contato e o relacionamento da entidade com todos os seus associados. “Queremos fazer uma gestão mais participativa e desejamos que todos os associados estejam mais próximos da entidade, sugerindo e colaborando com ela”, declarou o presidente Marcos Sampaio.

APEB atua na questão da licença-maternidade



Marcos Sampaio
ressalta a
importância da
causa para as
funcionárias
públicas do Estado

que merece muita atenção dos nossos governantes”, declarou Marcos Sampaio, presidente da APEB.

A Lei Federal 11.770/2008 ampliou a licença-maternidade para seis meses, mas na Bahia a legislação somente foi adotada em 2011. Amparadas na Lei Federal, algumas procuradoras grávidas ganharam liminares e usufruíram do benefício. No julgamento do mérito, elas perderam e vão ter que devolver o dinheiro dos dois meses a mais gozados e ter igual período abatido na contagem do tempo de serviço.

Diante desse impasse, a APEB vem trabalhando num projeto de regularização da licença-maternidade fruída. Para o caso das procuradoras que tiraram os seis meses de licença, mas perderam o processo no julgamento do mérito, propôs que os dois meses a mais sejam descontados em benefícios como licença-prêmio. “Agora vamos aguardar que nossos legisladores se sensibilizem com a causa e também possam apresentar emenda perdendo os dois meses em questão”, comentou Sampaio.

A proposta foi aceita pelo Governo do Estado da Bahia que encaminhou o projeto para a apreciação da Assembleia Legislativa, onde está tramitando. “Todos sabemos a importância da presença da mãe e da amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida do bebê. Esta é uma causa sensível e

A Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB) tem trabalhado, intensamente, no projeto de lei regularizando a licença-maternidade para 180 dias para todas as funcionárias públicas do Estado, além das procuradoras, no período compreendido entre a edição da lei federal (2008) e da lei estadual (2011)